

7 FEV 1987

A bola quadrada

Com o realinhamento dos preços, o governo restabelece, parcialmente, o livre jogo das forças do mercado. De certa forma, estamos diante de um desafio político: a livre iniciativa, despojada das algemas, vai ter de provar que a economia de mercado é mais saudável do que a economia de comando. O mercado em liberdade deve provar que tem juízo, acomodando os choques do realinhamento coletivo — em patamares tão razoáveis quanto transitórios, a demanda está em retrocesso ou em ressaca e isso vai desacelerar o movimento revanchista dos preços descongelados. Descongelados.

Se o mercado funcionar como manda o discurso da livre iniciativa, a inflação permanecerá no patamar anual dos dois dígitos, afugentando o fantasma da hiperinflação que hoje povoou o campo minado do sistema financeiro. O presidente da Fiesp, Mário Amato, diz ao colunista:

“Se o mercado fraudar as expectativas do governo, a economia terá de assumir, como última alternativa, os riscos de um novo choque por decreto. O negócio é não ir com muita sede ao pote do lucro. Quem fizer posição defensiva ou preventiva contra uma suposta hiperinflação, estará atraindo o novo choque como o pára-raios chama o raio....”

O lucro na mira

A indústria automobilística prefere reivindicar, desde logo, a reposição do lucro perdido. Congelada no contrapé, ela informa que até hoje não saiu do vermelho, a despeito de duas fortes remarcações do preço final: a do compulsório, em julho, e a do Cruzado II, em novembro. Ela simplesmente não participou da violenta escalada do preço nominal. Agora, tomado pelas costas o realinhamento das matérias-primas, dos componentes, dos insumos, das autopeças e dos serviços, a indústria montadora reata as conversações com o CIP: a ordem é recuperar a margem justa para zerar as perdas do passado e absorver os trancos do presente. Para tanto, a Anfavea vai a Brasília com uma proposta para três saídas isoladas ou as três combinadas:

1) reajuste do preço final ao consumidor, com índice embolsado integralmente pelas fábricas;

2) redução da sobrecarga fiscal do IPI, em nome do aumento do preço na fábrica e não na loja;

3) participação da indústria na taxa do compulsório.

O sócio maior

No momento, de cada 100 cruzados pagos pelo consumidor do carro novo, a fábrica recebe apenas

27. O grande resto, já descartados a fatia do frete e a margem do distribuidor, vai direto para os cofres do sócio maior, o governo. Com certeza, o automóvel mais tributado do planeta.

Com essa documentação, a indústria deita o olho na renúncia fiscal do governo, entendendo que o consumidor não deve ser penalizado, agora que as vendas estão com as filas mais curtas e os ágios mais baixos. Do seu trono, o governo prefere a desconversa. No excedente fiscal, lembra que o IPI deve cair, por decreto, no dia 1º de abril — acredite quem quiser. E no empréstimo compulsório, a receita projetada do FND, de Cr\$ 120 bilhões em 1987, aos preços de hoje, já está toda ela comprometida com programas prioritários do setor público, em proveito do próprio setor privado.

Conclusão: a restauração da margem das montadoras vai passar, necessariamente, pelo bolso do consumidor.

O juro sem freio

Os juros da especulação financeira, informada pela chantagem emocional da hiperinflação futura, penetraram, esta semana, na órbita de Saturno, em patamares nunca dantes navegados por qualquer sonda anterior da inflação brasileira, que é do ramo.

Brasília tremeu nas bases na tarde de quinta-feira. Mas o governo está enredado na própria teia-de-aranha: só lhe resta apostar na acomodação natural das taxas em um segundo tempo ainda sem data marcada.

Uma intervenção no mercado financeiro afugentaria os poupadões para as casamatas da especulação cambial, com rápidas beliscadas em bolsa, a meio caminho. E chega de choque, que a ordem é devolver a bola quadrada do «imbróglio» aos biodigestores do mercado, com sua vocação para a administração de risco.

Mão em cumbuca

Especialistas em tauromaquia dos juros apontam dois instrumentos de intervenção, que não a proposta frívola do tabelamento: 1) um chega-pra-lá no mercado futuro, do tipo intervenção na bolsa do boi gordo; 2) a proibição dos títulos com rendimento pré-fixado. A primeira saída cai no desgaste político interno e externo. A segunda teria de aguardar o restabelecimento da correção monetária, por decreto, para a recolocação festiva dos títulos com rendimento pós-fixado.